

Shakespeare e a política no Brasil

Gustavo H. B. Franco

Crises não misturam bem com leituras muito densas, especialmente à noite. Foi o que disse Machado de Assis, numa crônica escrita durante o Encilhamento, em que nos conta um pesadelo seu ao ler *Hamlet* simultaneamente ao noticiário sobre a crise bancária e cambial de 1890-91. “Essa mistura de poesia e cotação de praça, de gente morta e dinheiro vivo, não podia gerar nada bom; eram alhos com bugalhos”.

No sonho, ambientado na cena do cemitério, os coveiros riam-se das ações das empresas falidas: “Falavam de bancos, do Banco União, do Banco Eterno, do Banco dos Bancos, e os respectivos títulos eram vendidos ou não, segundo oferecessem por eles sete tostões ou duas patacas. Não eram bem títulos nem bem caveiras; eram as duas coisas juntas, uma fusão de aspectos, letras com buracos de olhos, dentes por assinaturas”.¹

A crônica me encanta de modo particular pois temo estar às voltas com intoxicação semelhante: após alguns meses de imersão intensiva em Shakespeare², e especialmente no limiar do sono, não consigo mais enxergar a política no Brasil, e a corrida presidencial em particular, sem a presença dessa “progênie da humanidade”, que foi como Samuel Johnson se referiu aos 987 personagens que habitam as 38 peças do cânone. Tudo está ali: não há nenhum tipo humano relevante, ou sentimento, ausente desta extraordinária população. Por isso Harold Bloom diz que a obra de Shakespeare é “uma escritura secular”, particularmente completa quando se trata de intrigas, maquinações e também virtudes dos homens públicos, de sorte a nos dar a sensação de que os enredos políticos do nosso noticiário não passam de variações empobrecidas sobre um vernáculo catalogado há cerca de 400 anos. É claro que nossos candidatos e poderosos estão todos ali, só é preciso unir os traços.

Todavia, diferentemente de Machado de Assis, que cuidou de ruínas financeiras, estamos tratando aqui de gente viva, com muitos interesses e pouco senso de humor. O

¹ De “A Semana” de 03/06/1894, em Gustavo H. B. Franco (org) *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 171.

² Onde fui buscar os motivos econômicos, tratados em Gustavo H. B. Franco & Henry Farnam, *Shakespeare e a economia*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

próprio Machado, na crônica mencionada, refere-se a um banco de verdade e ainda funcionando, o Banco União, e foi docemente constrangido a corrigir o texto na semana seguinte trocando o nome da instituição para Banco Único³.

Sendo assim, preocupado com associações que possam levar intelectos perversos a enxergar calúnia ou injúria, e mesmo tratando-se do relato de sonhos que não se consegue controlar, ofereço um importante “*disclaimer*”: nas imagens utilizadas abaixo o derramamento de sangue tem natureza apenas metafórica, e os assassinatos e outros crimes de personagens de ficção não devem ser tomados como homicídios literais, mas apenas simbólicos, exageros próprios do instinto, ou do subconsciente. Na verdade, gostaria de encorajar os citados a sentirem-se parte de uma homenagem à universalidade de Shakespeare, nada menos, e evitar as famosas carapuças.

Isso posto, vale observar que as campanhas políticas, seus incidentes, mortos e feridos (sempre no plano do imaginário!), possuem uma importante distinção face às tramas palacianas do bardo, bem explicada por um cliente habitual da polícia política soviética, o escritor Alexander Soljenitsin: “Para fazer o Mal, o homem deve tê-lo anteriormente reconhecido como um bem, ou como uma ação sensata, de acordo com a lei. Tal é, felizmente, a natureza do Homem, ele deve buscar a ‘justificação’ das suas ações. As ‘justificações’ de Macbeth eram débeis e os remorsos roíam-lhe a consciência. Se a imaginação e a força interior dos celerados de Shakespeare se limitavam a uma dezena de cadáveres, era porque eles não tinham *ideologia*”.⁴

E mais, ao relatar que milhares de inimigos do regime eram mortos para servir de alimento aos animais do zoológico, Soljenitsin acrescenta: “Eis a raia que não se atreve a transpor o malfeitor shakespeariano, mas o malfeitor com ideologia ultrapassa-a e os seus olhos continuam claros”. Sim, a ideologia é o que salga *adicionalmente* as disputas políticas de nosso tempo, que envolvem multidões e a mídia, os assassinatos de reputações, o macartismo, o genocídio, o terrorismo, perversões contemporâneas que o bardo não levou para os palcos elisabetanos. A perversidade cometida em nome do partido redime o meliante, dá-lhe uma anistia ampla e livra-o dos agravantes; assim funciona o manto protetor da ideologia.

³ Cf. *A Semana*, 10.06.1894. Em *Páginas recolhidas*, onde a crônica foi publicada com o título “A cena do cemitério”, lê-se Banco Único.

⁴ Alexander Soljenitsin, *O Arquipélago GULAG*, São Paulo: Difel Editora, 1976, pp. 176-7.

Bem, dito isso, vamos ao que interessa: passo a narrar alguns sonhos, um ou outro pesadelo, e vários lotes de delírios.

Vejo, junto com os primeiros raios da manhã, na liderança da corrida presidencial um homem reconhecido pela sua ambição e pelos atropelamentos. Não devem ser os perpetrados com automóveis, que não pertencem a esse tempo, mas meras alegorias para vitórias acachapantes em batalhas políticas. Lembro que há controvérsia sobre se o Ricardo III de Shakespeare faz justiça ao verdadeiro monarca, o último York; há inclusive uma sociedade de amigos deste último, que foi, aliás, objeto de um julgamento em 1997 pelo qual três juizes da Suprema Corte Americana, depois de longo processo, o inocentaram dos diversos crimes que William Shakespeare lhe atribuiu.

Na verdade, a própria compleição física do personagem – manco, corcunda e com um braço atrofiado, “monstruoso e feio” como se define no monólogo de abertura, à moda sanguinolenta de Marlowe – não encontra amparo nos fatos. Se ficássemos apenas com as olheiras e a calva, mantendo a vontade férrea, o intelecto penetrante, o olhar sereno e (nem sempre) condescendente, e também a extraordinária ambição que chamou a atenção de Tancredo Neves em 1989, teríamos José Serra como o Duque de Gloster (Gloucester), futuro Ricardo III. Sua primeira aparição na terceira parte de *Henrique VI* (este, à distância, lembra José Sarney ou Itamar Franco, homens em torno dos quais todos queriam governar), ainda jovem e imaturo, quem sabe presidente da UNE, ou já deputado constituinte, é marcante. Ele pergunta: “Mas como hei de chegar até a coroa?/ Há muitas vidas entre o alvo e eu”.

Aparentemente, apenas a imaginação de Shakespeare, o desejo de impressionar uma platéia receptiva às matanças, com tanto mais crueldade e imaginação quanto possível, e o folclore que lhe serviu de fonte, explicaria, na peça seguinte, que leva seu nome como rei, a brutalidade da sequência de atrocidades perpetradas por Gloster, inicialmente o sétimo na linha de sucessão. O público sempre se encanta com versões romanceadas de intrigas palacianas, que crescem como mato em toda parte, sobretudo nas plantações jornalísticas amiúde associadas, impropriamente na maior parte das vezes, a José Serra. Não há evidência empírica sólida, ou mesmo indicação de que tenha realmente matado príncipes herdeiros menores de idade, parentes próximos ou distantes, e se casado com a mulher de

quem matou o marido, o pai e o sogro, ou que gaste a maior parte de seu tempo falando em *off* com a imprensa.

Vejo também, surgindo na bruma que envolve as praias do Rio de Janeiro cedinho pela manhã, ou quando a noite está para terminar, o governador Aécio Neves, que é do ramo – não se discute a sua nobre linhagem – mas não está pronto como Ricardo III. Aécio se parece com o Príncipe Hal, herdeiro indiscutível, destinado a se tornar o heróico Henrique V na próxima peça, vencer os franceses em Agincourt, mas aborrecido com a demora, com os imperativos do tempo, e com a obrigação de atingir uma maioridade ainda distante. E assim, à espera de um destino glorioso, Hal passa seu tempo em farras intermináveis, pois é jovem, simpático e bem sucedido com o sexo oposto. Seu companheiro contumaz, o impagável John Falstaff, está entre os mais populares e interessantes personagens do teatro elisabetano. Simpático cachaceiro, oportunista pândego e covarde espirituoso, Falstaff é o tipo mais macunaímico de toda a galeria shakespeariana; nenhum personagem foi mais carismático, cometeu gafes e pronunciou tantos ditos espirituosos próprios de um humor de taverna que se tornou sua marca. Suas observações sobre a desnecessidade de lutar em nome da honra, e, de balde, sob qualquer pretexto, bem como suas justificativas à meia boca para crimes flagrantes, assaltos à mão armada inclusive, são clássicas. Cínico como ninguém, fingiu-se de morto na batalha crucial de Hal contra Hotspur e depois avocou para si o feito de liquidar o rival de Hal. Isso faz lembrar o vizinho da sala onde se urdiu o mensalão, especialmente quando se ouve dizer que corrupção sempre existiu, e que agora aparece apenas porque é investigada. Conforme observa Jan Kott, Falstaff “não é somente a personificação da voracidade de viver própria ao Renascimento, de seu riso tonitruante que escarnece do céu e do inferno, da coroa e de todas as outras prerrogativas reais. Esse cavalheiro obeso possui uma sabedoria e uma experiência plebéias. Ele não se deixará vencer pela História”.

Sobre sua ligação com Hal, Kott acrescenta: “verifica-se que a companhia de Falstaff e dos larápios é uma escola de realza bem melhor que a carnificina medieval”⁵. Não obstante, Hal terminará afastando-se do amigo, que não aparece em *Henrique V*, a despeito da promessa ao final de *Henrique IV - Segunda Parte*. Uns dizem que era o sinal da maturidade de um verdadeiro rei, que jamais poderia ter um amigo como este; outros

⁵ Jan Kott, *Shakespeare nosso contemporâneo*, São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 62-3.

que Tom Kemp, o ator que encantou Londres personificando Falstaff para Charmberlain's Men tinha deixado a companhia. Pouco importa. Falstaff tornou-se um personagem gigantesco, contrariamente a todos os prognósticos. Vivido no cinema por Orson Welles sempre retratado como gordo e barbudo, de um humor bonachão e etílico, não é preciso especular um segundo sobre onde Falstaff reencarnou no Brasil contemporâneo – Diogo Mainardi o fez lindamente: “o Lula shakespeariano ... animou as noitadas de Barack Obama durante o G-20”⁶.

Segue-se, portanto, que, em meu delírio, Lula não é Lear, como quer Marina Silva, repleta de *fumus boni juris*⁷, ou talvez seja certo que ainda não o é. É verdade que Marina escreveu sobre Lear apenas para se vestir de Cordélia, a terceira filha, a não bajuladora, e, por isso **mesmo**, a que foi banida em benefício das duas outras, bem mais ambiciosas, Goneril e Regane, que seriam Dilma e Marta. Porém, há que se considerar que a Royal Shakespeare Company anda encenando a tragédia com certa “releitura” de Cordélia, assumindo que ela seria feita do mesmo material das irmãs, e afinal, como observou Teófilo Silva – um shakespeariano que leu o artigo de Marina – Cordélia podia ter evitado toda a confusão se fosse menos marrenta ao responder ao pai. Mas deixa estar, fecha-se o parêntese. Quando Lear rejeita Cordélia, e decreta seu banimento – ou a demite do Ministério do Meio Ambiente –, segundo Marina, “não por acaso desmorona o mundo de Lear. O que antes era tão bem definido, passa a ser ambivalente. Certeza e dúvida, coragem e medo, segurança e desamparo. A loucura de não mais saber quem é. ... Ele só existe no mundo daqueles que o aceitam e o amam tal como é. E mesmo estes, incluindo Cordélia, não têm mais como aceitar seu governo senil. Até porque foi ele próprio quem decidiu abdicar de ser quem era para tornar-se quem não mais podia ser. Tornou-se merecedor da reprimenda feita por meio das palavras do bobo: ‘Tu não deverias ter ficado velho antes de ter ficado sábio’ ”.

Bom momento de Marina! Ao menos no plano da literatura. Cordélia pode não ser um anjo deslocado na Bretanha, mas Lear é um belo retrato da decadência de um rei que se ilude com a sensação de que anda sobre as águas. “Dividir o reino segundo caprichos tão pequenos é algo que nem eles [os reis mais populares] podem fazer – não sem pagar o

⁶ Diogo Mainardi, “O Lula shakespeariano”, *Veja*, 10/04/2009.

⁷ Marina Silva, “Complexo de Lear”, *Folha de São Paulo*, 03/08/2009.

preço”⁸. Mas não vamos esquecer que é Cordélia quem precipita a tragédia, que, segundo diz Teófiolo Silva, poderia ter evitado “com um simples toque, era só corrigir sua declaração. Ela ama o pai! Sabe que suas irmãs são ambiciosas e perversas. Poderia ter evitado a desgraça. Mas não o fez! Por quê?”⁹

A sucessão presidencial em 2010 talvez resolva essas dúvidas: Falstaff pode se transformar em Lear, Goneril e Regana protagonizarão muitas vilanias contra Cordélia, aliás, como é próprio de uma campanha polarizada. E se vencerem as eleições e efetivamente herdarem o reino vão se apoquentar com Lear e seu enorme séquito de cavaleiros, ou cortesãos, a vagar entre os castelos – uma despesa sem tamanho. O Rei que as ungiu se tornará um fardo, como este espaçoso Zelaya, ainda acompanhado de numerosa tropa, se tornou para o governo brasileiro. O número de companheiros será muito grande, muitas boquinhas, e ainda por muito tempo para um rei sem mandato e a um metro do chão. Quem duvida que vamos ver este acontecimento se Goneril vencer?

Goneril e Regana são personalidades estridentes e complexas, impossível distrair-se quando estão em cena. São descritas como personagens “sem consciência, apenas apetite”. A política **nunca** faz aflorar o que as pessoas têm de melhor, não é mesmo? Aqui, também, como para Serra, Aécio e Lula, o leitor não deve, por favor, tomar as coisas ao pé da letra. A progênie shakespeariana é material apenas para alegorias, pois o mundo é um palco, como nos sonhos, cujo enredo podemos conduzir ou entregar aos ventos do subconsciente. Não se esqueça, leitor, que as palavras e os personagens que o bardo inventou, e que o dicionário acolheu, adquirem existência independente em outros contextos, na prosa e na política. Os encaixes são como os dos horóscopos, onde tudo tem explicação, e nada tem consequência; a causalidade é espúria, mas a coincidência um flerte encantador. E, como já observado, o sangue das tragédias é de mentirinha. A este respeito, entretanto, não resisto a mencionar que as companhias teatrais usavam nos palcos elisabetanos um líquido vermelho feito com sangue de porco. Os efeitos especiais tinham de ser convincentes; veja-se o famoso tiro de canhão em *Henrique VIII* que atingiu o teto de sapê e pôs fogo no Globe em 1613. Os tempos mudaram, de tal sorte que, através do mecanismo freudiano da livre-associação, parece-me que o sangue tão presente no teatro de Shakespeare representa os

⁸ Pedro Sette Câmara, “Rei Lear, versão 2009”, www.ordemlivre.org/node/721, 28/09/2009.

⁹ *Ibid.*

dinheiros não contabilizados, guardados em cuecas e meias na capital do reino. O que pode ser mais chocante? O que são as carnificinas de Titus Andrônico e os cadáveres produzidos por Marlowe se comparados às ações de Marcos Valério, Valdomiro e Arruda?

Resta explorar, como fiz adrede noutra ocasião¹⁰, um veio de interpretação psicanalítica desses sonhos mirabolantes no âmbito do qual alguns dos personagens são explicitamente tratados como alegorias, como me parece especialmente próprio, por exemplo, para as mulheres em *Hamlet*. Gertrudes, a rainha, sua mãe, e Ofélia, a prometida do Príncipe, filha de um alto conselheiro da corte, o tagarela e mestre das platitudes, Polônio (que aparece em meu delírio em entrevistas coletivas, repletas de sabedoria caseira, na figura do ministro Guido Mantega) e irmã de Laertes, que vai se tornar uma espécie de *Ciro Gomes*, movido unicamente pelo ódio imerecido a Hamlet. Na verdade, *Ciro* tem muito de *Coriolano*, o brilhante general que se voltou contra Roma, depois de preterido. Mas não vamos para tempos tão antigos, nem incomodar *Júlio Cesar*, *Brutus* e *Cleópatra*.

Gertrudes pode ser vista como a “Estabilidade monetária”, e Ofélia representa a “Virtude em políticas públicas”, a esposa ideal para o filho da Estabilidade. Como se sabe, o verdadeiro rei não morreu de causas naturais, e a rainha Gertrudes, a “Estabilidade monetária”, foi tomada como esposa pelo irmão do rei envenenado, num ato de apropriação indébita, coisa que se tornou corriqueira e banal, neste reino de mensaleiros e aloprados. No fundo, os supostos inimigos da Estabilidade queriam-na para si. Todos os achaques contra a rainha eram falsos, calúnias para enfraquecer o verdadeiro rei.

O filho da Estabilidade, sobrinho do rei, e seu legítimo herdeiro, Hamlet, o príncipe dos sociólogos, não precisa ser lembrado pelo fantasma de seu pai sobre o crime cometido pelo tio; pois está em todos os jornais, basta ver a propaganda eleitoral do PT: Lula não se cansa de dizer que a Estabilidade lhe pertence, pois com ela se casou (como Ricardo III coagindo Lady Ana), segundo dizem os áulicos como José Dirceu, Tarso Genro e Ricardo Berzoini, o primeiro uma espécie de *Macbeth* interrompido e sem remorsos, o segundo um *Ângelo* – o duvidoso puritano com idéias próprias sobre as corretas proporções e medidas da verdadeira Justiça – e o terceiro, em companhia dos senadores Suplicy e Mercadante, estaria a disputar o papel de *Dogberry*, o condestável de *Muito barulho por nada*. Ao soprarmos ouvidos de Lula a balela da “herança maldita”, como Iago a atormentar o mouro com

¹⁰ Gustavo H. B. Franco, “Dilemas da Dinamarca Morena”, *Época*, 10/09/2007.

intrigas menores que provocam ciúmes doentios e desproporcionais – e aqui vejo o semblante inconfundível do ex-czar Delfim Netto e sua proverbial incapacidade para qualquer espécie de inocência –, esta corte não funciona como os bobos inteligentes que Shakespeare distribuiu em várias peças, mas como as bruxas de Macbeth destilando uma atmosfera envenenada que parece ser a alma da política neste reino tão complexo. Aqui não temos nobres, como os que forçaram a abdicação de Ricardo II, uma espécie de Fernando Collor, que ao confiscar os bens do tio, o Duque de Lancaster, cometeu grande injustiça com o primo Bolingbroke, que acabou lhe tomando o reino com surpreendente facilidade, e com o evidente apoio da Nação, ao menos se se considerar a importância simbólica do destronamento, ou do “impeachment”. Ricardo II, a despeito da reconhecida irresponsabilidade pública, confiava cegamente no direito divino a governar, e **também** que em sua defesa viriam hostes celestes. **O** que o bardo exhibe é a dessacralização da presidência, digo da Coroa. Ricardo II vê-se reduzido à condição de cidadão comum, fenômeno extraordinário para a época, um risco institucional sem tamanho: um rei legítimo pode ser removido se for suficientemente corrupto ou incompetente. Compreende-se porque Elizabeth I proibiu a peça.

O fato é que todos, sem exceção, tucanos e petistas, Yorks, Lancasters e Plantagenetas, mostram-se ambíguos ou temerosos com relação à Estabilidade, à disciplina fiscal e aos mandamentos da boa política econômica. O bom governo requer o exercício cotidiano de escolhas difíceis, que os políticos detestam, e por isso acabam enredados num frágil equilíbrio entre tentações populistas e o medo das consequências. Tudo se passa como se a caveira das utopias abandonadas oferecesse um desafio a todos os governantes e a Hamlet em particular, que no solilóquio famoso, pergunta, mesmo sabendo a resposta: ser ou não ser neoliberal?

Num texto recente sobre o que é ser progressista, Serra dialoga com a mesma caveira e transborda um sentimento de culpa que Falstaff nem cogita contemplar. **Diz** que o neoliberal é contrário a tudo o que representa a virtude econômica (o crescimento, as políticas sociais, o interesse nacional, o equilíbrio externo)¹¹: como é ocioso ver os soberanos antagonizando a burguesia e o capitalismo! Muitas repúblicas foram proclamadas, bem como incontáveis destronamentos se deram, para afastar reis deslocados,

¹¹ José Serra *O Pensamento Progressista: dos anos 60 aos anos 90* (mimeo).

legítimos ou não, que dificultam os negócios e o progresso. Hoje em dia, todavia, são outros os meios. Temos o “mercado”, esta poderosa expressão da vontade coletiva que “vota” em tempo real, diante de tudo o que se passa, comprando ou vendendo bolsa, juros e câmbio, e punindo os governantes que fazem ou ameaçam bobagens. O aplauso do mercado embriaga, ou o seu bafejo mal humorado enquadra os governantes, impondo-lhes a lógica dos paradigmas internacionais, como ocorreu em 2002.

Shakespeare estava consciente disso, pois trata-se aqui do público, o verdadeiro sujeito de todas as histórias. Will estava sempre preocupado em “encher a casa”, talvez excessivamente, conforme acusou Alexander Pope, um de seus mais destacados editores. Mas o que há de errado nisso? Há outro teatro que não seja para o público? Não, não há “outro mundo”, Nove Céus ou Ordem Natural, como sabemos. Há apenas o império do público, a soberania da maioria, a meritocracia do texto, o sopro do mercado. Veja o que diz Thomas Dekker, um autor, contemporâneo de Will, sobre o público: “O teatro é a *Royal Exchange* de seus poetas, no âmbito do qual suas Musas, agora transformadas em mercadores, se encontram e trocam entre si a leve mercadoria das palavras por alguma outra ainda mais leve que as palavras, aplausos e o bafejo deste grande monstro [o público].”¹²

Mas são muitos os que atacam o mercado, e a arte que se enviesa na busca de uma audiência caprichosa, e de atender o mercado, sempre ele, a entidade que corporifica o neoliberalismo. O subdesenvolvimento se mede, na verdade, pelo tanto que se emprega a palavra “neoliberalismo”, como me sopra maliciosamente o fantasma de Roberto Campos. Que o diga o nosso Falstaff, que se afasta retoricamente do neoliberalismo apenas por malandragem, ou pragmatismo responsável, como se diria na taverna do G20. Ricardo III – por ora, Gloster – ainda não tem a fórmula para, simultaneamente, aderir e esconjurar o que se conhece por neoliberalismo. Mais este casamento por conveniência terá de ser celebrado para que Gloster seja coroado. Por ora, ele resiste. Tem-se a impressão que ele também quer ser Henrique VIII, digo Juscelino Kubitschek, o presidente bossa nova; o que rompeu com o FMI, a UDN, e com o Vaticano; o paradigma de herói, a despeito de ter sido o que mais maltratou a moeda, deixando para trás uma montanha de inflação da qual habilmente

¹² Citado em Vivian Thomas *Shakespeare's Political and economic language: a dictionary* Londres: Continuum Books, 2008, p. xxi.

conseguiu se dissociar¹³. Pobre da filha Elizabeth I, obrigada a empreender um plano de estabilização para consertar o “*debasement*” perpetrado pelo pai. Não fossem os metais do Novo Mundo, uma inesperada bonança externa, teria sido muito mais difícil arrumar a economia.

O fato é que não é mais possível repetir JK. Sua “heterodoxia” converteu-se num tolo sebastianismo vizinho da senilidade. Os termos do problema do desenvolvimento são outros: como se equilibrar entre, por um lado, metas de inflação e responsabilidade fiscal, e **por** outro, Jack Cade e o MST, os inflacionistas órfãos do Muro e o desejo universal de gastar mais nas boas causas? O governante precisa escolher entre o dinheiro e o almoço. Se o bardo estivesse vivo e em Hollywood, como Tom Stoppard argumentou que seria natural, *Medida por medida* seria uma super-produção com o título *Trade-off*, ou *Friedman’s Revenge*. Governar não é fazer estradas, mas escolhas. Talvez apenas Falstaff, em seu absoluto cinismo, esteja à altura da tarefa. Afinal, Hamlet e sua dúvida insolúvel oferecem uma bela alegoria para os que precisam decidir, como você leitor, imersos em hesitações caracteristicamente humanas, ou tucanas, ou petistas, diante das escolhas difíceis que se nos oferecem, e do sincretismo do qual somos todos filhos.

O exercício do poder não comporta dúvidas. Elizabeth I, a Rainha Virgem, não as teve. Estabeleceu compromissos e equilíbrios, como os que o bardo descreveu na figura do Duque de Vicência de *Medida por medida*, e **em** Pórcia de *O mercador de Veneza*. O poder absoluto requer misericórdia, atalhos para o bom senso que a regulação excessiva raramente permite. Na Viena atulhada de bordéis – como na Londres elisabetana cercada pelas *liberties*, os espaços profanos onde estavam os teatros, bordéis, cemitérios, hospícios e escolas de contabilidade – havia, como lembra Otto Maria Carpeaux, “um eterno conflito da vida pública, o choque inevitável entre a ordem jurídica do Estado e a ordem vital da sexualidade. O símbolo dramático deste choque é uma lei impossível, inaplicável, mesmo no estado de um déspota oriental”.¹⁴

O poder dev**ia** ser temperado com a *misericórdia*, que era, numa interpretação elástica, o equivalente elisabetano para o nosso “jeitinho”, a mestiçagem, ou a convivência

¹³ Gustavo H. B. Franco, “Eu quero ser Juscelino Kubitschek”, *Veja*, 24/04/2002 (ou em *Crônicas da convergência*, Rio de Janeiro: Topbooks; e Marcelo P. Abreu, “JK, sebastianismo e o mito”, *O Estado de São Paulo*, 16/09/2002.

¹⁴ Otto Maria Carpeaux, “Um enigma shakespeariano”, em *Ensaaios reunidos, 1942-1978*, Volume 1, Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.162.

pacífica entre a casa e a rua, realidade tão assustadoramente familiar. A misericórdia “guarnece o soberano mais que a coroa”, diz Pórcia, uma reconhecida alegoria para Elizabeth I, e “abençoa quem dá e quem recebe”. É o poder discricionário, a vontade do Príncipe, que pode combinar uma face austera com a corrupção, como ocorreu com Ângelo, ou pode acomodar o clientelismo, a fisiologia e uma plêiade de mensaleiros na sala ao lado. Pórcia fez milagres – como fez Marcio Thomaz Bastos; como fazia Elisabeth I com Raleigh e seus piratas –, pois Shylock tinha um contrato que não foi honrado, um ato jurídico perfeito: Antonio era culpado e escapou ileso, e como estamos no Brasil, sequer demonstrou melancolia. Pobre Shylock, que vejo na figura no presidente do Banco Central, ou da banca de forma geral, manifestando-se através do “mercado”, cobrando cotidianamente uma libra de coerência dos mercadores do Palácio.

Mas tudo parece correr bem neste reino cada dia mais abençoado, qualquer que seja o trajeto. Há sempre algo de podre, é claro. Se havia na Dinamarca, que está entre os melhores reinos no “ranking” de corrupção percebida da Transparência Internacional, que dizer de nós? Shakespeare ensina que a tragédia está próxima e segue-se muito fácil e humanamente à emoção e à euforia. Pode muito bem ocorrer que Ricardo III ou Goneril, como Hamlet, renegue Ofélia, e afirme que não se casará com o Neoliberalismo, sugerindo que ela se interne em um convento, lugar das virtudes desnecessárias para uma época profana. Em consequência desta infeliz decisão, Ofélia, confusa e magoada, vai se suicidar e assim afastará o reino da Virtude em Políticas Públicas. Laertes, desesperado, ajudado pelas bruxas e por todos os vilões já mencionados, conclamará os maus humores do público, ou do mercado contra o reino, e contra o pobre Hamlet, e contra Ricardo III em especial. É o preterido Coriolano que se volta contra Roma. Uma crise poderá ocorrer, com a bolsa despencando, o dólar disparando. Desesperado, Ricardo III pedirá um cavalo para escapar, enquanto Laertes e Hamlet disputarão uma esgrima esportiva, cheia de subtexto, que se tornará uma luta mortal, enquanto que o verdadeiro vilão, o Rei, envenenará o vinho que ambos tomarão. Mas quem o beberá é a pobre Rainha Gertrudes, cuja perda o Rei não vai lamentar. E com a Estabilidade envenenada, Hamlet enlouquecerá de ódio, ferirá o Rei com sua espada envenenada, e todos morrerão no fim.

Ou não. No limiar da vigília somos capazes de exercer o ofício de diretor sobre sonhos ainda não terminados. Há muitos finais felizes em Shakespeare, e muitas histórias

que terminam com diversos casamentos ao invés de assassinatos, e onde as mulheres fantasiavam-se de homens, como Rosalinda, Viola e Pórcia, todas encantadoras. Tudo muito divertido, especialmente considerando que não haviam atrizes, e que os papéis femininos eram encenados por meninos de voz fina. Não queria sonhar com a nossa política como tragédia, e tampouco como comédia; em nosso tempo as mulheres fazem seus próprios papéis, e amiúde com voz grossa. Mas quem falou que, em Shakespeare, os gêneros – “tragédias”, “histórias” ou “comédias”, tal como definidos no “*first folio*” – não se misturam? Especialmente as histórias. A própria Elisabeth I mandou o bardo misturar Falstaff com as comadres de Windsor para idiotizá-lo através de uma paixão. Esperta Elisabeth! Incomodada com esta entidade meio carnavalesca avacalhando a rotina dos reis com quem conviveu, ela percebeu que Falstaff é o verdadeiro herói de *Henrique IV* aos olhos do público, pois é quem mais se parece com ele, e que se as coisas fossem se decidir por eleições gerais – um homem (ou mulher), um voto – Falstaff ganharia todas. Lula, como disse Barbara Heliodora, “é um tipo de personalidade que Shakespeare não concebia chegando ao poder na época”¹⁵, de modo que Falstaff talvez não oferecesse perigo. Mas Elisabeth sabia o que fazia. Decapitou Mary Stuart, e mais de mil outros adversários do regime; acabou com a Invencível Armada; pôs ordem nas finanças públicas; sepultou o juscelinismo e a fanfarronice do pai, colocando desta forma o reino em um novo patamar. Quem será nossa Elisabeth I? Será este o destino de Dilma? Ou de Serra?

Mas a verdade é que não se sabe a resposta. Não há um Grande Desígnio, uma Marcha da História. Há apenas a história que o homem faz a partir de si mesmo, tempestuosamente, com suas baixarias, crueldades e pequenezas. É isso o que encontro ao vasculhar o universo shakespeariano à procura de um sinal. Logo antes do despertar vejo uma última imagem: o próprio Will, em seu testamento poético, encenando a si mesmo sob os traços de Próspero. O grande mago, ao qual obedecem os elementos, joga fora a sua varinha, pois estava voltando para governar Milão, e bem sabia que “não se pode recorrer à mágica na resolução dos problemas humanos e de Estado: para o bom governante se realizar pessoal e politicamente, não é preciso mais que aquilo que Shakespeare sempre

¹⁵ “Lições de Shakespeare aos Governos” entrevista com Barbara Heliodora concedida a Roberta Oliveira, *O Globo*, Caderno Prosa e Verso – 10/12/2005

considerou mais que qualquer coisa: um homem”¹⁶. E como “ambigüidades são privilégios dos poetas” (*ibid.*), Próspero nos deixa à nossa própria sorte, e, no epílogo, dirige-se ao público: “Que vosso doce alento enfune minhas velas ou, então, falharão meus propósitos, que eram de causar-vos prazer. Agora não tenho mais espíritos que me ajudem, arte para encantar, e meu fim será o desespero ...” (*A Tempestade*, V, 1).

¹⁶ Barbara Heliodora, *Falando de Shakespeare*, São Paulo: Perspectiva Editora, pp. 150-1.